

**Afirma porta-voz de Balsemão**

# Portugal não pode aceitar subversão contra Moçambique

13/10/82

por Cristina Braga (Correspondente do "Notícias" em Lisboa)

Um elemento do gabinete do Primeiro-Ministro Pinto Balsemão disse ao «Notícias» que «o Governo português não pode aceitar actividades subversivas contra países com os quais Portugal mantém as melhores relações».

O executivo de Lisboa ordenou, há cerca de duas semanas, a instauração de um inquérito judicial às actividades do cidadão português Evo Fernandes.

Este indivíduo tem vindo a apresentar-se como representante em Portugal do chamado «MNR», dando conta das acções que este desenvolve, visando a desestabilização da República Popular de Moçambique.

A decisão das autoridades portuguesas é a primeira deste tipo — apesar de Portugal servir de base a muitos contra-revolucionários angolanos e moçambicanos, que daqui desenvolvem, sobretudo, campanhas difamatórias contra os governos de Luanda e Maputo.

Círculos políticos de Lisboa associam esta medida ao escândalo provocado com a denúncia da «Operação Cubango» através das páginas do semanário «Expresso». Este jornal divulgou com pormenor os passos dados por elementos anti-angolanos que, em Lisboa, conspiravam, conluídos com Pretória, quanto à forma de derrubar o legítimo governo de Luanda.

## INQUÉRITO: PORQUÊ AGORA?

Um porta voz de Pinto Balsemão destacou que, a par do inquérito a Fernandes está igualmente a ser investigada a trama da referida «Operação Cubango».

O nosso interlocutor sublinhou ainda «o empenho de Lisboa em consolidar a reaproximação com África» iniciado com a visita do Presidente da República. General Ramalho Eanes, quer a Moçambique, quer a Angola.

Sobre o ponto em que se encontra a investigação relativa ao agente do «MNR» disse-nos nada saber por enquanto. Como pretendéssemos conhecer qual o ministério que ordenou o inquérito e que, por isso, deve vir a concentrar as informações obtidas, aquele membro do Gabinete do Primeiro-

Ministro disse-nos que «a via normal é o Ministério da Justiça, dado que o caso está nas mãos da Polícia Judiciária».

## NINGUEM SABE DE NADA...

Contactámos então o Ministério da Justiça.

Ali um elemento do Gabinete do Ministro Meneres Pimentel — na ocasião ausente em Cabo Verde — informou-nos não ter qualquer indicação de que tivesse sido dali que partiu a ordem para o inquérito. «Tão pouco existe qualquer referência ao processo», acrescentou.

Alvitrou-nos como hipótese o Ministério da Administração Interna.

No MAI fazíamos com a chefe do gabinete do eng. Ângelo Correia, que se limitou a dizer-nos que aquele Ministério «nada tinha a ver com a questão».

Depois de termos sabido que tão pouco o Ministério dos Negócios Estrangeiros não sabia qual o gabinete que ordenara à Polícia Judiciária a investigação, optámos por contactar, uma vez mais a Polícia Judiciária.

O responsável pelos contactos com os jornalistas daquela corporação também não nos soube responder.

Paralelamente e sobre o inquérito em si, a mesma fonte disse-nos não haver ainda resultados dignos de nota, pois «as coisas levam o seu tempo» e «as investigações começaram há poucos dias».

Ficámos assim a saber que os actuais governantes portugueses estão «empenhados nas boas relações com África» e que, por isso, estão a proceder a averiguações sobre elementos manifestamente hostis aos governos de Angola e Moçambique. No entanto, por estranho que pareça, nenhuma entidade assume a responsabilidade de ter ordenado a instauração do inquérito.

Esperamos que, com o regresso do Chefe do Governo do estrangeiro, depois de uma ausência de mais de dez dias nos Estados Unidos e Canadá e com a chegada de Cabo Verde, sexta-feira, do Ministro da Justiça, se esclareça esta questão.